

**Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu  
relativo ao exercício de 2025**

**Intervenção de Abertura da Presidente do Tribunal de Contas**



A PRESIDENTE

Senhor Professor Doutor João Leão, membro do Tribunal de Contas Europeu

Senhoras e Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas

Senhor Procurador-Geral Adjunto

Senhoras e Senhores Diretores-Gerais, Inspetores-Gerais, Presidentes de Institutos Públicos e demais altos-dirigentes da Administração Pública portuguesa

Senhores Dirigentes e Auditores do Tribunal de Contas

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores



A PRESIDENTE

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Senhor Professor João Leão, e de lhe agradecer por, mais uma vez, estar aqui connosco, para apresentar o Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu (TCE), relativo à execução do Orçamento da União Europeia no exercício de 2025.

Cumprimento, igualmente, todos os Senhores Convidados, cuja presença agradeço, bem como os trabalhadores do Tribunal de Contas, incluindo os que nos acompanham, por videoconferência, a partir das Secções Regionais em Ponta Delgada e no Funchal.

Como sabem, o Relatório Anual do TCE, para além de apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria financeira e de conformidade relativos à execução do orçamento da União Europeia (UE) em 2025, emite uma opinião de auditoria sobre a fiabilidade das contas anuais e sobre a legalidade e a regularidade das operações subjacentes.

Esta opinião de auditoria – a chamada *déclaration d'assurance* ou *statement of assurance* – constitui um elemento central do procedimento de quitação, no âmbito do qual o Parlamento Europeu aprecia a execução do orçamento da União.



A PRESIDENTE

O paralelismo funcional com o Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado é evidente.

Recordo que, muito recentemente, no passado dia 29 de setembro, este Tribunal entregou à Assembleia da República o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2025, para que o Parlamento, no exercício das suas competências de fiscalização política, possa apreciar e tomar as contas do Estado, nos termos da CRP.

É a relevância dos relatórios que suportam o parecer e a opinião de auditoria que aqui quero destacar.

Este ano, o Relatório do TCE sobre a execução do Orçamento da UE é especialmente relevante.

Estamos a pouco mais de um ano do termo do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, cujo valor, após a revisão, atingiu mais de 1 bilião de euros, aos quais acrescem os 750 mil milhões de euros do instrumento de recuperação *NextGenerationEU*, concebido pela UE em resposta à crise provocada pela pandemia de COVID-19 – valores a preços de 2018.



A PRESIDENTE

Estamos, assim, perante um quadro financeiro de uma dimensão sem precedentes, que mobiliza recursos de uma ordem tal, que ultrapassa significativamente a dimensão do período de programação anterior, correspondente a 2014-2020.

Entretanto, encontra-se já em curso o processo de preparação e aprovação do novo Quadro Financeiro Plurianual para 2028-2034. A Comissão Europeia apresentou, em julho de 2025, a sua proposta para esse novo quadro, num contexto em que a UE se vê confrontada com novas e crescentes necessidades de financiamento.

Ora, este contexto torna particularmente relevante a reflexão sobre a forma como são mobilizados e utilizados os recursos públicos europeus e nacionais e sobre a responsabilidade que acompanha cada euro colocado ao serviço do exame das políticas públicas.

Com efeito, os Estados confrontam-se, hoje, com enormes desafios, decorrentes da crescente fragilidade e imprevisibilidade do mundo em que vivemos.



A PRESIDENTE

Aos conflitos no Médio Oriente, à continuação da guerra na Ucrânia, às ameaças crescentes à segurança da Europa, à subida dos preços da energia e às pressões inflacionistas, bem como às tensões e disputas comerciais, somam-se, ainda, os riscos associados ao desenvolvimento acelerado da Inteligência Artificial e os desastres e as catástrofes, cada vez mais recorrentes, associados às alterações climáticas.

Enfrentar estes fenómenos e responder às suas consequências coloca constrangimentos significativos aos Estados, aos poderes públicos e às democracias europeias – são respostas que exigem um esforço financeiro muito avultado, obrigando os Governos a fazer escolhas, muitas vezes difíceis, quanto à afetação dos recursos disponíveis.

E é precisamente neste contexto que o papel das instituições de controlo financeiro, em especial, o externo, assume uma importância acrescida, na garantia de que os recursos públicos – os recursos de todos – sejam utilizados com rigor, responsabilidade e eficiência, na prossecução do interesse público.

Mas esse controlo assume, também, uma importância acrescida, ao potenciar ou reforçar a transparência da gestão pública financeira.



A PRESIDENTE

Por um lado, verificando e atestando o rigor da execução orçamental; e, por outro, expondo e explicando a gestão pública financeira aos cidadãos, o que faz do controlo financeiro externo um esteio decisivo da vida democrática, afirmando-se, sempre e cada vez mais, como uma dimensão essencial da boa governação e da própria qualidade das democracias.

Num contexto de especiais desafios externos às finanças públicas da UE e dos Estados-Membros, e, portanto, também do Estado português, importa ressaltar que qualquer alteração ou reforma no plano legislativo não deve resultar num enfraquecimento do controlo externo independente.

Certamente, o TCE e o TdC continuarão a fazer aquilo que os cidadãos legitimamente esperam de nós: escrutinar a gestão das políticas e dos programas públicos e a utilização dos recursos financeiros, com independência, rigor e sentido de responsabilidade.

Não vou alongar-me mais.



A PRESIDENTE

É sempre com muito interesse que ouvimos os esclarecimentos do Senhor Professor João Leão sobre o Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu e, em particular, sobre as opiniões adotadas por aquela Instituição relativamente aos resultados da execução do Orçamento da União Europeia.

Agradeço-lhe, uma vez mais, Senhor Professor, a sua presença e a disponibilidade para partilhar connosco os resultados deste importante trabalho de auditoria e controlo financeiro – e passo-lhe a palavra.

Muito obrigada.